

---

# SER Social

ALIMENTAÇÃO,  
ABASTECIMENTO E CRISE

Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021

---

## **Velhos problemas e novas questões: pandemia do Coronavirus e a segurança alimentar e nutricional no Brasil**

**Old problems and new issues: Coronavirus pandemic  
and food and nutrition security in Brazil / Viejos problemas y  
nuevas preguntas: la pandemia del coronavirus y la seguridad  
alimentaria y nutricional en Brasil**

Entrevistado: Walter Belik<sup>1</sup>

Entrevistador: Newton Narciso Gomes<sup>2</sup>

---

1 Administrador de Empresas com mestrado em Economia Aplicada à Administração e doutorado em Economia. Professor Titular em Economia. E-mail: [belik@unicamp.br](mailto:belik@unicamp.br).

2 Economista pela Universidade de São Paulo (1978). Especialista em Abastecimento Alimentar e Desenvolvimento Rural FAO/Ipardes/UFPR(1986), doutor em Políticas Sociais(UnB) (2007). Pós-Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas Unicamp na Área de Concentração Sistemas de Abastecimento Alimentar; Professor do programa de pós-graduação em Política Social do departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: [swnewtongomes@gmail.com](mailto:swnewtongomes@gmail.com).

**A questão alimentar, sob a influência do cenário de isolamento social e paralisação de inúmeras atividades econômicas, voltou a ocupar um lugar de destaque na agenda de pesquisadores acadêmicos, formuladores de políticas públicas e agentes do mercado. O desemprego, a redução da renda familiar, os riscos de repique nos preços de itens básicos de alimentação e as incertezas na organização do atacado e varejo de alimentos têm influenciado as prospecções sobre o “novo normal” no pós-Covid-19. Na sua opinião, quais tendem ser os traços mais relevantes da questão alimentar no futuro pós-pandemia?**

O traço mais marcante desta pandemia no que toca à questão alimentar é o crescimento da desnutrição entre a população. Como se sabe, os países não lograram atingir as metas estabelecidas pela Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 (redução pela metade do número de pessoas desnutridas – tendo como base o ano de 1992, até 2015) e tampouco da Cúpula do Milênio de 2000 (redução pela metade da *porcentagem* de pessoas desnutridas – tendo como base o ano de 1992, até 2015) e também não deverão atender aos compromissos de desenvolvimento sustentável firmados em 2015 (acabar com a fome e todas as formas de desnutrição até 2030, entre outras metas). Desde a crise financeira de 2008, o número de desnutridos voltou a aumentar, interrompendo uma tendência de redução que vinha desde o final dos anos 90. Na contramão da crise de 2008, vinha o Brasil, pois, em 2014, em função dos resultados das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a FAO retirou o Brasil do mapa da fome. No resto do mundo, os resultados foram decepcionantes, analisando-se a última década.

No momento, com a pandemia da Covid-19 estima-se que novos 5,5 milhões de brasileiros tenham entrado para o contingente de desnutridos e, mais do que isso, um terço da população já estaria sofrendo alguma forma de insegurança alimentar, por falta de renda e de acesso a alimentos saudáveis. Neste sentido, ao analisarmos a questão alimentar no Brasil volta-se a enfatizar um tema que parecia ter sido eliminado, que é o tema da fome. O mais grave é que os instrumentos de combate à fome, que celebrizaram o Brasil entre as nações, foram ou estão sendo desmantelados desde meados

da década. Mesmo aqueles programas garantidos pela Constituição, como o PNaE, no momento enfrentam problemas na sua execução – com escolas fechadas, compras da agricultura familiar desativadas, cozinhas e pessoal desmobilizado.

Some-se à questão nutricional o aumento da obesidade, já tratada como epidemia na maior parte dos países, que deverá aumentar com a mudança no padrão alimentar em favor de uma maior participação das comidas processadas e ultraprocessadas na dieta – além dos problemas gerados pelo maior consumo de álcool nos domicílios e pelo sedentarismo.

Esta mudança no padrão alimentar se reflete diretamente nas relações econômicas e sociais observadas nas cadeias produtivas da agropecuária. O predomínio da indústria de alimentos, das grandes redes de supermercados e a desativação ou redução de atividades de Ceasas, mercados municipais e feiras livres colocam o produtor de alimentos frescos, principalmente de origem local, em situação de vulnerabilidade. Mudam as formas de comercialização, reduz-se a presença das compras públicas e aumenta a incerteza quanto aos preços e às condições sanitárias no transporte. Tudo isso tem um impacto devastador na agricultura familiar, nos produtores de especialidades, no pescador artesanal e no extrativista.

**No período da pandemia tem crescido, com vigor, compras de alimentos por intermédio de aplicativos. Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, realizada em abril de 2020, e que entrevistou 1.131 pessoas distribuídas por 72 grandes cidades brasileiras, 82% dos entrevistados que aderiram à modalidade de compras por aplicativos, experimentaram novas marcas; 39% desses usuários têm realizado compras regulares de alimentos para serem preparados em casa e 49% têm intenção de aumentar suas compras por este meio, mesmo com a volta à normalidade. Na sua opinião, esta tendência pode determinar mudanças no sistema de varejo de alimentos tal como conhecemos hoje? Como você imagina que seria o novo arranjo varejista?**

As compras por aplicativos e o comércio eletrônico de alimentos já estavam crescendo antes da pandemia nas áreas urbanas e nas

classes de renda mais alta. Agora este sistema se estende a outras camadas da população. O sistema possui vantagens diretas como a redução das perdas e desperdício de alimentos, a possibilidade de comparação de preços (ainda que não seja possível aferir a qualidade), ganhos na logística, menor manipulação de produtos etc. No entanto, este sistema ainda pode ser considerado incompleto, pois não representa uma conexão ou re-conexão entre o consumidor e o produtor que está no campo.

Como se sabe, a maior parte dos aplicativos atualmente utilizados tem alcance restrito conectando o consumidor unicamente com os supermercados. No entanto, estão surgindo timidamente outras ferramentas para as compras diretas de produtos orgânicos, alimentos certificados ou alimentos locais. A utilização desses novos instrumentos passa por algum tipo de organização externa ou de coordenação exercida por alguma associação ou cooperativa, pois o elo mais complicado dessa cadeia de suprimentos está na distribuição, porta a porta.

Estas novas formas de comercialização vieram para ficar. Muito provavelmente, os consumidores passarão cada vez mais a fazer uso de aplicativos e da compra online da alimentação do seu dia a dia, diminuindo conseqüentemente as visitas às feiras e outros equipamentos. As medidas de distanciamento social deverão perdurar, no médio prazo, mas a mudança de hábitos de compra já está presente. O principal impacto deverá ser no pequeno e médio varejo de alimentos e feiras livres sem condições de se adaptar à nova realidade. O comércio informal e ambulante, restrito ao público de renda mais baixa e atuante nas periferias das grandes cidades, deverá se manter ainda forte, seja pelas ocupações que proporciona seja pela falta de opção dos consumidores.

Os impactos sobre o emprego e a renda das pessoas já foram identificados, tanto pelas pesquisas oficiais sob responsabilidade do IBGE quanto por institutos e consultores privados cujo mister é o estudo do mercado e a proposição de cenários futuros que orientem os negócios de empresas e corporações. Com menos renda disponível, os recuos na demanda são observados em todos os setores e o encerramento de atividades de pequenos e médios negócios avança célere.

Neste setor dos pequenos e médios, encontra-se a maioria dos estabelecimentos que conformam o sistema varejista de alimentos. Na sua opinião, as possibilidades desses lugares amanhecerem no pós-Covid-19 como imensos desertos alimentares em desfavor do abastecimento alimentar devem ensejar a retomada de políticas públicas de abastecimento nos moldes do que foram os anos 1980/1990?

Como foi mencionado anteriormente, a tendência de conformação de novos desertos alimentares está muito clara para o período pós-Covid-19 e este deve ser o foco principal da atuação das políticas públicas. No contexto atual do Brasil, não há como criar supermercados estatais populares nem como atrair grandes redes a instalar pontos de venda em áreas de menor rentabilidade. Neste sentido, a atuação do poder público deve se dar em dois quadrantes, a saber:

Por um lado, intensificar programas públicos como o PNae, garantindo três refeições a todas as crianças e jovens em idade escolar, restaurantes populares de pequeno porte na periferia, cozinhas comunitárias e outros equipamentos para o fornecimento, por exemplo, de café da manhã ao trabalhadores nas proximidades de terminais de ônibus e estações de trens urbanos. Por outro lado, atuar junto ao comércio local e feiras livres para garantir os suprimentos de alimentos frescos, criando vias alternativas de distribuição – sem passar pelos Ceasas, por exemplo. Políticas urbanas poderiam ser tentadas, como a redução de IPTU, tarifas de serviços menores e publicidade em redes sociais, proporcionadas pela prefeitura.

Para os demais quadrantes de atuação, concorrem as políticas gerais de combate à Insegurança Alimentar como as transferências de renda do tipo Bolsa Família ou o Auxílio Emergencial, Bancos de Alimentos com doação e acompanhamento das preparações em instituições de assistência social, hortas comunitárias urbanas etc.

O combate à formação de desertos alimentares é uma das batalhas mais importantes da política de SAN. A cada batalha perdida são mais malnutridos que entram para as estatísticas e pressionam o sistema de saúde. Cada batalha perdida é um investimento em educação alimentar (em escolas ou em campanhas) que se perde porque a população não tem condições de acesso a uma alimentação saudável.